

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 2218/XIII-4.^a

Recomenda ao Governo a melhoria das ligações rodoviárias ao Eco Parque do Relvão

Exposição de motivos

Ao longo das últimas décadas, após um período em que no nosso país se tratava os lixos com alguma leviandade, iniciou-se um processo de transformação da consciência pública, também ao nível da gestão pública regional, que permitiu que se desenvolvessem uma série de centros de tratamento de resíduos, colocando-se assim fim às lixeiras a céu aberto.

Os investimentos foram grandes, mudando a consciência ambiental dos portugueses de forma a que se sintam motivados para a reciclagem e para a preservação da qualidade de vida no nosso território.

A estratégia construída em torno do ambiente e desta nova consciência, levou a que fosse necessário edificar uma série de infraestruturas que dessem forma ao modelo de tratamento dos lixos em Portugal.

Integrado neste plano estratégico, foi criado o Eco Parque do Relvão (EPR) localizado na Carregueira, Chamusca – zona industrial com 250 hectares, a cerca de 100 km de Lisboa –, que acolhe mais de uma dezena de empresas instaladas que recebem material de todo o país, e Europa, com destaque para as específicas e únicas no setor dos resíduos.

Trata-se de um cluster nacional para o ambiente (resíduos) e energia, com dois CIRVER (Centro Integrado de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos), três Centros Integrados de Tratamento e Valorização de Resíduos Hospitalares e Industriais (CIVTRHI), um Centro de Gestão e Tratamento dos Resíduos Urbanos e um Aterro de Resíduos Industriais Não Perigosos.

Falamos assim de um cluster ambiental estratégico para o país, reunindo um conjunto de empresas de tratamento de resíduos, de diferentes naturezas, e de um projeto de sucesso que permite desenvolver uma zona do interior, oferecendo oportunidades de emprego e apostando na inovação por intermédio de cooperação institucional,

nomeadamente entre os associados e empresas do EPR e várias instituições de Ensino Superior.

Todavia, e não obstante o crescimento significativo deste parque industrial, o maior constrangimento ao seu desenvolvimento são as reduzidas acessibilidades rodoviárias, cuja resolução está planeada desde a primeira hora.

Com efeito, o fecho do IC3, ligando a A23 à A13, entre Vila Nova da Barquinha e Almeirim, com uma nova travessia do rio Tejo, tem sido identificado em vários documentos como uma prioridade ao nível dos investimentos infraestruturais a realizar no país (desde o RN2020 ao PETI3 e ao PROTOVT).

A construção deste troço permitiria retirar o tráfego de muitos camiões pesados sobre vias nacionais e caminhos municipais que atravessam localidades e não estão preparados para o peso e dimensão destas viaturas, nem tão pouco para acidentes com cargas de matérias perigosas.

Há desta forma óbvios danos para a qualidade de vida das populações, em particular as que são atravessadas pela EN118, bem como um claro prejuízo para a competitividade das empresas da região.

O «Estudo de Tráfego – Chamusca e acessibilidades ao Eco Parque do Relvão», apresentado em maio de 2018, permite concluir, entre outros, os elevados volumes de tráfego na EN118 que atravessa as localidades da Chamusca, Almeirim e Alpiarça, e os elevados volumes de tráfego na Ponte da Chamusca que é diariamente atravessada por 7.300 viaturas (entre as quais 1.000 pesados de mercadorias).

Identificaram-se como zonas de conflito confirmadas a Ponte da Chamusca, a EN118 (43 km entre nó da A13 e o acesso norte do EPR, via partilhada com viaturas motorizadas e agrícolas de marcha lenta entre outras limitações) e a EM1375.

O Estudo propõe, assim:

- o reforço e abertura da Ponte de Constância ao tráfego de pesados, definida como uma das prioridades estratégicas no âmbito do PETI3+, e que desbloquearia o tráfego proveniente de fora da região, via A23 – Constância;
- a conclusão do IC3 (troço Vila Nova da Barquinha – Almeirim), que permitiria o acesso direto às sedes de concelho da Chamusca, Alpiarça, Almeirim e Golegã a partir de vários eixos fundamentais, como IP6/A23, IP7/A6 e IP1/A1, e criaria uma variante à

atual EN118 que atravessa centros urbanos;

- um projeto de ligação do Eco Parque do Relvão ao IC3.

A concretização destas propostas teria vantagens a vários níveis, nomeadamente: 1) ambientais, com a mitigação de riscos associados à circulação de mercadorias perigosas junto das comunidades, a minimização da poluição sonora e atmosférica e a redução de sinistralidade nas vias municipais, com influência na saúde pública; 2) económicas, com o desbloqueio de constrangimentos com escoamento de produtos e matérias-primas de indústrias, captação de investimento com aumento da atratividade e redução da necessidade de manutenção de infraestruturas já sobrecarregadas ou obsoletas; e 3) sociais, com o eventual reforço na criação de emprego e uma maior aproximação dos habitantes a serviços sociais.

A par disto, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, enumera vários benefícios sobre a importância da construção do IC3, salientando, entre outros, que aliviará a EN118 atualmente estrangulada por excesso de tráfego.

E também a primeira recomendação do Observatório Nacional dos CIRVER incide sobre a "Rede de Acessibilidades ao Eco Parque do Relvão", solicitando a conclusão do troço do IC3.

3

Apesar de todas estas evidências, o Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030) não tem qualquer referência a um investimento inclusivo ou sequer convergente à problemática das acessibilidades ao EPR.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que face à importância do Eco Parque do Relvão enquanto cluster ambiental estratégico para o país, promova o fecho do IC3, ligando a A23 à A13, acabando também, deste modo, com os constrangimentos a que diariamente estão expostas as populações de Chamusca, Almeirim e Alpiarça.

Palácio de S. Bento, 21 de junho de 2019

Os Deputados,
Patrícia Fonseca
Hélder Amaral